

# ASPECTOS PARADIGMÁTICOS PARA O ESTUDO DOS PARTIDOS POLÍTICOS NA CIÊNCIA POLÍTICA BRASILEIRA

## PARADIGMATIC ASPECTS FOR THE STUDY OF POLITICAL PARTIES IN BRAZILIAN POLITICAL SCIENCE

Sara de Sousa Fernandes Epitácio\*

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo verificar quais as abordagens teórico-metodológicas adotadas para o estudo dos partidos políticos nas duas principais revistas especializadas em Ciências Sociais: *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (RBCS), de periodicidade quadrimestral, e a *Revista Dados – Revista de Ciências Sociais*, publicação trimestral. A proposta justifica-se por possibilitar a exposição do “estado das artes” sobre os partidos na Ciência Política brasileira e verificar qual paradigma exerceu maior influência sobre a produção acadêmica referente à temática partidária, durante os anos de 1996 a 2012. O artigo é dividido em três seções. Inicialmente será discutida a formação do campo epistemológico da Ciência Política no século XX, com base no conceito de revolução científica e paradigma proposto por Thomas Kuhn. Em um segundo momento será analisada a influência dos paradigmas nas revistas norte-americanas e inglesa, e, por fim, tendo em vista a maneira pela qual os paradigmas atuaram sobre o processo de institucionalização da Ciência Política no Brasil, objetiva-se verificar como esses influenciaram os estudos partidários.

**Palavras-chave:** Partidos políticos. Ciências Sociais. Brasil. Paradigmas.

**Abstract:** This article aims to verify the theoretical - methodological approaches adopted for the study of political parties in the two specialized journals in Social Sciences: *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (RBCS), quarterly periodicity, and the *Revista Data - Revista de Ciências Sociais*, quarterly publication. The proposal of this article is justified because it allows to expose the “state of the arts” on the parties in the Brazilian political science and to verify which paradigm exerted greater influence on the academic production related to the theme of political parties in the period between 1996 and 2012. The article is divided in three sections. Initially it discusses the formation of the epistemological field of political science in the twentieth century, based on the concept of “scientific revolution” and the paradigm proposed by Thomas Kuhn. After we analyze the influence of paradigms in the American and English journals, and finally

---

\* Professora Adjunta da Universidade Federal do Pampa – Unipampa – São Borja. Possui Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual do Piauí (2003), Bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Piauí (2006) e Especialização em História do Brasil pela mesma instituição (2004), Mestrado em Ciência Política pela Universidade Federal do Piauí (2010) e é Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2015). E-mail: [saraepitacio@unipampa.edu.br](mailto:saraepitacio@unipampa.edu.br)

in view of the way in which the paradigms have acted on the process of institutionalization of political science in Brazil, it aims to verify how they influenced party studies.

**Keywords:** Political Parties. Social Sciences. Brazil. Paradigms.

## 1 Introdução

Durante o século XX, a Ciência Política foi caracterizada por profundas transformações ocasionadas pelo avanço democrático e pela progressiva inclusão de novos segmentos sociais nos assuntos políticos. A ampliação do sufrágio, a emergência dos partidos políticos e a pluralidade de demandas sociais alteraram a relação entre Estado e sociedade. No âmbito epistemológico, o século em questão foi palco de discussões centrais que envolveram disputas sobre quais seriam os procedimentos mais adequados para a construção do conhecimento científico. Nesse contexto, merecem destaque as proposições vinculadas a Karl Popper (1972). Para esse, era necessário o afastamento do método indutivo e a distinção entre psicologia e lógica do conhecimento em prol de uma construção baseada na dedução. De forma sintética, o conhecimento científico, para o autor, deveria ter como substrato a resolução de problemas práticos ou teóricos, e a possível resposta a esses problemas deveria ser demonstrada através da elaboração de teorias, que, por sua vez, admitiam demonstrações empíricas. Ao serem apresentadas, essas teorias estariam sujeitas a testes e poderiam ser comprovadas, falseadas ou corroboradas. Todo esse esforço metodológico, com base em testes empíricos, pretendia demarcar a fronteira entre a ciência e as ideias metafísicas, e, nesse sentido, o método empírico deveria ser comprometido com a falseabilidade, ou seja, com a sujeição dos enunciados singulares a testes intersubjetivos. Dessa forma, outros enunciados poderiam ser gerados, também suscetíveis a testes.

O progresso científico, nesses moldes, se daria através da construção de conjecturas que necessariamente deveriam ser refutadas. Novas teorias, por sua vez, seriam apresentadas. Esse procedimento assevera que as verdades no campo científico são apenas provisórias e que a tentativa de as tornar conclusivas reflete a conversão da ciência em dogma. Trata-se de uma crítica direcionada ao Positivismo. Outra crítica a essa vertente filosófica esteve centrada na tentativa, frustrada, segundo Popper, de desvincular metafísica e ciência, para dessa forma contribuir para o efeito inverso. O mesmo argumento que nega a possibilidade do pensamento metafísico de encontrar base concreta para suas afirmações impede também que os positivistas assentem seu método em dados da experiência (justificação empírica). Se a metafísica é definida como não científica devido à essência intangível dos seus enunciados, o positivismo pode ser não científico pelo mesmo motivo, pois a lógica indutiva não garante que a experiência empírica se distancie das dimensões sensoriais e valorativas e, dessa forma, sua condução lógica permite uma condução ao erro (PERES, 2002).

As críticas construídas por Popper foram de fundamental importância para que a prática científica fosse repensada, principalmente no tocante à rigidez da noção de verdade, até então professada pelo positivismo como algo estático. Entretanto, a adoção do seu modelo epistemológico pelas Ciências Sociais e, em particular, pela Ciência Política, merece algumas

considerações, pois é possível observar que estão no cerne dessa discussão os problemas de demarcação e os procedimentos que levam o objeto ao conhecimento (agente que conhece), ou seja, o método é privilegiado em detrimento do agente que conhece (sujeito). É nessa fenda analítica deixada por Popper que Thomas Kuhn (2000) insere um elemento essencial para se pensar uma construção epistemológica para além das ciências naturais, qual seja a noção de paradigma.

Nas palavras de Kuhn, o termo paradigma deve ser compreendido como realizações científicas universalmente reconhecidas que fornecem problemas e soluções modulares para uma comunidade de praticantes. Um paradigma perde sua legitimidade quando há um fracasso na resolução de problemas. Nessas circunstâncias, o paradigma até então hegemônico não consegue se autorreformular e sanar seus problemas de validade, e, por consequência, os desafios propostos por teorias concorrentes. Nesse momento de crise, é aberta a competição para que outros paradigmas se apresentem e apenas um deles prevaleça em relação a seus concorrentes, de maneira que o abandono de um paradigma implica necessariamente a adoção de outro modelo paradigmático. A descrição desse processo corresponde ao funcionamento da ciência normal, atividade na qual a maioria dos cientistas emprega inevitavelmente todo o seu tempo na construção e manutenção de explicações sobre o mundo propostas pelo paradigma hegemônico. Em comparação com o argumento popperiano, a função essencial dos cientistas é trabalhar para a manutenção do *status quo* e não para a refutação de proposições sustentadas pelo *establishment*. A estrutura das revoluções científicas,<sup>1</sup> nesse caso, preserva a dinâmica do conhecimento e aproxima a epistemologia de uma construção sócio-histórica em que o sujeito, antes secundário, exerce um papel ativo no estabelecimento, manutenção e substituição do paradigma. Entretanto, por ser parte da comunidade científica, o sujeito do conhecimento deve compartilhar de valores morais que permitam a crença nas evidências (verdades) propostas por essa comunidade. O processo de formação dos paradigmas se assemelha à construção de uma cosmologia, de forma que o aceite a um determinado paradigma (cosmologia) consiste na aceitação de um conjunto de valores a ele implícito. A prática científica, longe de ser uma atividade ingênua ou imparcial, é alicerçada por disputas de poder e verdades pretensamente hegemônicas (PERES, 2001). Aplicado o modelo de construção científica de Thomas Kuhn à Ciência Política, é possível constatar o predomínio de três vertentes paradigmáticas ao longo século XX. São elas: o pré-comportamentalismo ou antigo institucionalismo – anterior aos anos de 1940; o comportamentalismo – entre 1950 a 1965; e o neo-institucionalismo – a partir de 1970 (PERES, 2008; REITER, 2006).<sup>2</sup>

O pré-comportamentalismo, ou antigo institucionalismo, se destacou por seu apreço à análise descritiva valorativa, formalista e especulativa. Construídos de forma dedutiva, tais teorias pressupunham uma relação direta entre as regras formais e o comportamento. Nas palavras de David Easton (1985), havia a convicção de que, uma vez descritas as leis, seria possível compreender as regras que regem a distribuição do poder em um sistema político e, ainda, ter a compreensão exata de como instituições políticas operam. Durante a vigência do paradigma

<sup>1</sup> “Neste ensaio, são denominados de revoluções científicas os episódios extraordinários nos quais ocorre essa alteração de compromissos profissionais. As revoluções científicas são os complementos desintegradores da tradição a qual a atividade da ciência normal está ligada” (KUHN, 1998, p. 25).

citado, a Ciência Política manteve estreitas relações com a Filosofia, a História e o Direito. Desse modo, os aspectos institucionais eram vistos como os grandes responsáveis por moldar a cultura e os valores constitucionais. Apesar do excessivo apego ao normativismo, a busca por uma compreensão das estruturas políticas e seus impactos conferiu aos estudos institucionalistas uma importância central na formação da Ciência Política do século XX (ALMOND, 1998; GOODING; KLINGEMAN, 1998). Um dos principais legados desse paradigma corresponde ao processo de institucionalização da Ciência Política norte-americana, processo esse acompanhado pela fundação dos primeiros departamentos direcionados à disciplina, além da fundação da APSA (*The American Political Science Association*), criada em 1903. Como destaca Feres (2000), o estabelecimento da Ciência Política nos Estados Unidos foi acompanhado pelo crescimento de departamentos, centro de pesquisas, programas especializados e linhas de financiamento. Outra característica que impulsionou a disciplina no país refere-se à adoção do discurso de que a Ciência Política, de fato, era diretamente associada ao regime democrático, e que os países liberais estariam, portanto, mais autorizados a desenvolvê-la.

A desestruturação do antigo institucionalismo foi um processo constituinte da Ciência Política americana. As críticas a esse paradigma eram centradas principalmente na ineficácia do aparato técnico e normativo para a explicação de processos que ocorriam fora dos ordenamentos formais e também no surgimento de outros fenômenos que não podiam ser explicados com o uso de descrição histórica. Dessa forma, houve a possibilidade de deslocamento analítico do aspecto puramente formal para outras esferas, entre elas partidos políticos, opinião pública, grupos de interesse e outros (EASTON, 1985). Nesse escopo, coube à Ciência Política de matriz norte-americana propor um novo paradigma: o comportamentalismo, iniciado no Pós-Segunda Guerra e rapidamente disseminado para outros países do mundo. Tratava-se de uma teoria empiricamente orientada, que buscava explicar, compreender e prever o comportamento político dos indivíduos e também como as instituições funcionavam sob a influência do comportamento.

Como destaca David Easton (1985), o comportamentalismo aplicado à Ciência Política é distinto daquele da teoria psicológica comportamental. Duas semelhanças, porém, devem ser ressaltadas: a unidade de análise – o ator humano ou seu comportamento como fonte adequada de informações sobre por que as coisas acontecem no mundo e como o indivíduo atua nesse processo; e a apropriação de uma metodologia com base nas ciências naturais para o estudo do comportamento (EASTON, 1985, p. 137). Na Ciência Política, o comportamentalismo assume os seguintes pressupostos: 1) uniformidade no comportamento humano passível de testes empíricos; 2) desejo por maior rigor nos métodos de aquisição de dados e para análises quantificáveis sempre que possível; 3) vasta gama de técnicas empíricas sofisticadas –questionários, entrevistas, amostragens e análises de regressão. Com relação ao paradigma precedente, o comportamentalismo substituiu as teorias de caráter histórico e filosófico em favor da utilização de conceitos empiricamente orientados. Tal deslocamento reflete a pretensa neutralidade axiológica justificada devido à filiação do comportamentalismo ao positivismo do Círculo de Viena. Entretanto, essa neutralidade era incompatível com o viés valorativo desenvolvido nas análises comportamentais em que a explicação da realidade política tinha como principal objetivo a disseminação dos valores liberais e a busca de solução para os “problemas sociais urgentes”. A excessiva preocupação

metodológica e a ausência de paradigmas concorrentes conferiram significativa vitalidade ao comportamentalismo, ao passo que a ciência social perdia o seu viés crítico. Apesar dessa hegemonia, o *status quo* foi confrontado por novas demandas sociais, ignoradas até então devido ao predomínio de “interpretações benignas” do sistema político norte-americano: as reivindicações pelos direitos civis, a luta contra a desigualdade racial e social, os protestos contra a guerra do Vietnã são alguns dos movimentos que contribuíram para a virada pós-comportamentalista (LESSA, 2010; EASTON, 1985).

Como destaca Peres (2008), as críticas aplicadas ao comportamentalismo ressaltam a necessidade de comprometimento moral do pesquisador com a pesquisa realizada, e, desse modo, a crença na neutralidade axiológica professada pelos comportamentalistas deveria ser amenizada. O enfoque multidisciplinar que aproximou a Ciência Política da Psicologia Social, da Sociologia e da Antropologia contribuiu para que essa ciência perdesse seu foco de análise. Esta se mostrava ineficiente para a explicação de processos decisórios e processos legislativos, ou seja, para a explicação de fenômenos políticos que tinham suas explicações relacionadas, impreterivelmente, a normas e regras institucionalizadas. Segundo o autor, o retorno às instituições foi antecipado por dois processos. O primeiro, representado por uma aproximação de teorias econômicas à explicação dos fenômenos políticos, ainda sob a égide do comportamentalismo, que pressupunha que o indivíduo agiria guiado por seus interesses e toda sua ação social e política (tomada de decisão) seria reflexo de um cálculo individual, e, por conseguinte, egoísta, em que a busca pela satisfação seria o imperativo. O segundo processo derivou da demonstração de que a racionalidade individual empreendida pelo *homo economicus* é sujeita a constrangimentos institucionais, gerando, dessa forma, ações coordenadas (coletivas).

As regras institucionais relegadas com a vigência do paradigma comportamentalista ganham uma nova roupagem que podem ser sintetizadas, de acordo com Hall e Taylor (1996), em três vertentes: institucionalismo histórico, institucionalismo da escolha racional e institucionalismo sociológico. Para o institucionalismo histórico, as instituições – em particular o Estado – são vistas como um conjunto de regras protocolares oficiais ou oficiosas. A inovação teórica dessa vertente analítica reside em considerar as trajetórias históricas (o tempo) de interação entre os atores e as instituições como aspectos relevantes para a análise dos fenômenos políticos. É a partir desse processo que ocorrem a institucionalização do ordenamento político e também a internalização das normas sociais pelos indivíduos. As instituições têm um papel ativo nesse processo, tanto na internalização quanto na reversão de condutas sedimentadas, e esse processo de “socialização política” ocorre de forma assimétrica e dialógica entre os atores sociais e as instituições. O institucionalismo da escolha racional utiliza alguns pressupostos do comportamentalismo, entretanto assevera que a racionalidade é moldada por aspectos institucionais, que constroem e oferecem atalhos para que os indivíduos calculem suas estratégias e possam agir de forma coletiva para a maximização de seus interesses (interações estratégicas). Para o institucionalismo sociológico, as instituições não correspondem apenas a regras, procedimentos ou normas formais, mas também aos sistemas de símbolos, aos esquemas cognitivos e aos modelos morais que fornecem “padrões de significação” que guiam a ação humana (HALL; TAYLOR, 1996, p. 209).

Conforme exposto, cada paradigma é responsável pela construção dos métodos, objetos e resultados utilizados na construção da ciência normal. A ideia de paradigma é indissociável da ciência normal, e ambos devem a sua existência – bem como os processos de manutenção e limpeza necessários à manutenção de sua hegemonia – a uma comunidade científica. Os membros de tal comunidade não são selecionados aleatoriamente, tendo em vista as importantes funções que lhes são atribuídas. Para verificar de que forma os paradigmas influenciam a produção da Ciência Política, as duas últimas seções do presente artigo têm como objetivo propor um exercício empírico. Na primeira serão discutidos os trabalhos de Pippa Norris (1997) sobre a abordagem teórico-metodológica das principais revistas internacionais especializadas em Ciência Política e também o artigo de Howar Heiter (2006) sobre o estudo dos partidos à luz dos paradigmas. A segunda seção deste trabalho busca replicar essas análises à produção da Ciência Política brasileira, em particular ao estudo dos partidos políticos. Devido à recente trajetória dessa ciência no Brasil, o marco temporal aqui utilizado é bem reduzido se comparado aos periódicos europeus e norte-americanos, entretanto, esse exercício é válido por fornecer uma visão panorâmica sobre o desenvolvimento da Ciência Política nacional e suas tendências.

## 2 Produção da Ciência Política à luz dos paradigmas: uma análise sobre os partidos políticos

Dentre as inúmeras variantes que poderiam influenciar no processo de “escolha” dos membros de uma dada comunidade científica, uma maneira possível de mensuração seria através de análises das publicações em revistas científicas consolidadas. Este é o exercício que Pippa Norris (1997) realiza ao analisar o *European Journal of Political Research* – ECPR (Inglaterra) e o *American Political Science Review* - APSA (Estados Unidos), durante as décadas de 1970, 1980 e 1990. De acordo com a autora, a preocupação em construir conceitos, teorias e generalizações empíricas, que viajam para além das fronteiras nacionais de qualquer sistema político, remonta a Aristóteles. Esse cosmopolitismo<sup>2</sup> é necessário para a construção de uma ciência madura e também para a profissionalização dos cientistas políticos. Profissionalização significa o desenvolvimento de um corpo coerente de conhecimento que define o assunto da disciplina, o recrutamento, a certificação por normas reconhecidas, além de um padrão profissional avaliado por um processo interno de revisão por seus pares, que têm como responsabilidade a organização formal da disciplina e a defesa dos interesses dos seus membros. Todo esse procedimento tem como objetivo o melhoramento do estatuto da disciplina e a construção de uma ciência política madura (NORRIS, 1997).

As duas revistas em questão guardam distinções justificadas pelo processo de institucionalização. Na Europa, a Ciência Política se consolidou com a criação de departamentos para separar a disciplina de suas correlatas (História, Direito, Filosofia e Sociologia). Entretanto, essas permanecem fortes na Ciência Política europeia, assim como a psicologia social e a econo-

---

<sup>2</sup> A ideia de cosmopolitismo em Pippa Norris guarda estreitas relações com a definição de paradigma para Thomas Kuhn.

mia, emergentes no paradigma comportamentalista, permanecem fortes nos Estados Unidos.<sup>3</sup> Sobre os aspectos empíricos, Norris constata na Europa uma maior diversificação das teorias e metodologias utilizadas. Na EJPR, 49,6% dos artigos eram empírico/comportamentais, 43% empírico/institucionais, e 7,4% se dividiam entre conceituais/filosóficos ou dedutivo/escolha racional. Na APSR, essa diversificação é mais restrita: 53,3% do conteúdo analisado utiliza o aparato teórico metodológico empírico/comportamental, seguido por 21% relacionados com o dedutivo/escolha racional, 7,6% institucionais/descritivos e 8,4 conceituais/filosóficos. No que se refere às temáticas, a pesquisa observou que o sistema partidário e as organizações partidárias estão presentes em 22% dos periódicos da EJPR. Já na APSR, as eleições e o comportamento eleitoral (17%), seguidos pelos estudos de opinião pública e de atitudes (16%), foram os mais relevantes. A análise sobre a convergência geográfica demonstra que, na EJPR, 60% dos artigos foram referentes à própria Europa, enquanto 47% das produções da APSR tiveram como foco aspectos da política norte-americana.

Com relação aos partidos políticos, nosso principal foco de análise, é possível observar que esses sofreram alterações ao longo dos três paradigmas desenvolvidos na Ciência Política, e tais mudanças podem ser observadas de forma mais clara na análise de alguns periódicos. Howard L. Reiter (2006), assim como Norris, com o objetivo de verificar quais as influências que os paradigmas exerceram sobre o estudo dos partidos políticos, faz uso das principais revistas de Ciência Política: os jornais são *American Political Science Review* (APSR); *American Politics Quarterly/American Politics Research*; (APQ/APR); *British Journal of Political Science* (BJPS); *Comparative Political Studies* (CPS); *Journal of Politics* (JOP); e *Midwest Journal of Political Science/American Journal of Political Science* (MWJ/AJPS). De início, o autor ressalta a centralidade dos partidos nos estudos da política moderna, centralidade essa que dificulta uma classificação precisa entre os artigos que de fato tratam sobre partidos e aqueles que o fazem apenas de maneira tangencial. Durante a vigência do pré-comportamentalismo, ou antigo institucionalismo, o estudo sobre os partidos já ocupava lugar central na Ciência Política norte-americana, e a metodologia empregada era quase sempre holística, de viés normativo, com o predomínio de estudos organizacionais ou de estudos sobre o sistema de partidos em geral. Com o paradigma comportamentalista, os aspectos normativos e organizacionais são preteridos em detrimento de análises empíricas sobre o comportamento eleitoral. A etapa posterior de desenvolvimento dos estudos partidários ocorreu com a emergência da visão econômica aplicada à política (escolha racional), em particular, na teoria proposta por Anthony Downs (1999), na qual a relação entre partidos e eleitores é reduzida a uma simplificada equação – os partidos buscam maximizar votos para ganhar as eleições e os eleitores, por sua vez, votam nos partidos que melhor atendem aos seus interesses individuais. Apesar da escolha racional ter posto nos partidos novos procedimentos analíticos, estes, em âmbito geral, já não ocupam um lugar central na Ciência Política, declínio que pode ser explicado, de acordo com Reiter, devido à apropriação e à dissolução dos assuntos partidários por outras áreas dessa ciência ou até mesmo como consequência da ausência de construções teórico-metodológicas mais inovadoras e eficazes para

---

<sup>3</sup> Norris analisa o conteúdo de 587 artigos publicados por essas revistas.

o estudo dos partidos contemporâneos. Nesse sentido, a junção entre a contribuição holística desenvolvida na fase pré-comportamentalista e as análises empíricas pode oferecer substratos teórico-metodológico para a renovação dos estudos partidários.

A construção desse quadro analítico sobre a produção da Ciência Política à luz dos periódicos possibilita algumas considerações. A principal delas é que, apesar das facilidades técnicas que favorecem parcerias intelectuais transnacionais, há uma enorme dificuldade em transformar essa ciência em um conhecimento cosmopolita, visto que ainda permanece restrita às comunidades nacionais (NORRIS, 1997; REITER, 2006). Esse paroquialismo impede a construção de teorias generalizantes e transforma os cientistas políticos em especialistas inteligíveis e relevantes apenas para suas comunidades científicas locais (nacionais). Aplicada ao estudo sobre os partidos, é possível verificar que essa temática também sofreu reflexos do paroquialismo, característica que impediu a inovação teórica e a ampliação do escopo analítico, de forma que, na atualidade, as teorias que versam sobre os partidos encontram-se defasadas e inapropriadas para a compreensão da atuação dessas organizações em contextos pós-materiais, como também em democracias recentes. Uma das possibilidades para revitalizar o campo dos estudos partidários reside na tentativa de se investir em formulações teóricas mais parcimoniosas através de estudos comparados, que atendessem aos requisitos de generalidade sem ignorar os particularismos.

O reflexo desse processo pode ser percebido nos países de produção científica periférica que, em sua maioria, tiveram o processo de institucionalização da Ciência Política inspirado em uma dessas duas matrizes teórico/metodológica. O objetivo da próxima seção consiste em verificar o impacto dos paradigmas na produção dessa ciência, em particular sobre o impacto desses na produção sobre os partidos políticos brasileiros.

### **3 A Ciência Política brasileira e a produção sobre os partidos políticos na *RBCS* e *Dados***

No Brasil, a implantação da Ciência Política enquanto disciplina ocorreu após a reformulação das abordagens tradicionais advindas dos Estados Unidos e da Europa. Trata-se de um conhecimento recente cujos padrões disciplinares foram fixados e consolidados nos anos de 1970 e 1980. O deslocamento de uma matriz histórico-ensaística em favor de um maior rigor metodológico, o apreço por técnicas quantitativas e uma maior autonomia conferida aos fenômenos políticos demonstram que a formação da Ciência Política brasileira foi marcada pela profusão de movimentos paradigmáticos, característica que possibilitou a vigência de uma agenda de pesquisa capaz de sintetizar tanto os paradigmas hegemônicos quanto as críticas a eles apresentadas (LESSA, 2010). Desse modo, mesmo que a institucionalização da Ciência Política brasileira esteja atrelada à escola norte-americana – núcleo de pós-graduação mais procurado por brasileiros durante as décadas de 1970 e 1980 –, é possível observar o ecletismo de temas e métodos. Esse ecletismo pode sinalizar para a absorção, no Brasil, do paradigma neoinstitucionalista firmado no campo do conhecimento concomitante ao processo de institucionalização da Ciência Política brasileira.

De maneira análoga ao processo de institucionalização dessa ciência, o estudo sobre os partidos também migrou de uma tradição vinculada aos relatos jornalísticos e jurídicos para análises orientadas por procedimentos teóricos e metodológicos mais específicos, processo ocorrido principalmente em virtude da consolidação dos programas de pós-graduação em Ciência Política.

De acordo com Jairo Nicolau (2010), foi durante a década de 1980 que o estudo sobre os partidos ganhou impulso, justificado principalmente por um novo arranjo institucional que conferia aos partidos um lugar central no processo de transição democrática. Os desafios e dilemas propostos aos partidos foram analisados sob ópticas diferentes. Entretanto, o ponto consensual dessa literatura acentuava a fragilidade histórica, a efemeridade e a tendência à fragmentação dos partidos políticos brasileiros. Em síntese, essas produções observavam que: 1) em âmbito organizacional, os partidos políticos brasileiros não desenvolveram raízes sociais (partidos de massa) significativas que pudessem delinear um perfil ideológico, e, por conseguinte, uma diferenciação no interior do sistema político; 2) a organização dos partidos estava relacionada a concessões estatais e não à estruturação de grupos de interesse organizados socialmente (MAINWARING, 2002; MENEGUELLO; LAMOUNIER, 1986). Ou seja, essas análises estavam comprometidas em compreender os partidos brasileiros à luz dos partidos europeus, e a incompatibilidade dos dois casos era refletida em conclusões normativas e valorativas.

Com o objetivo de compreender de forma sistematizada a interferência dos paradigmas na produção da Ciência Política brasileira, em particular, no estudo dos partidos políticos, foi realizada uma análise sobre os artigos que se dedicam a essa temática na Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS), publicada desde 1986 junto à Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais – ANPOCS, de periodicidade quadrimestral, e na Revista Dados - Revista de Ciências Sociais, editada pelo Instituto Universitário de Pesquisa Rio de Janeiro – IUPERJ, publicação trimestral iniciada em 1966. O período temporal utilizado nesta análise corresponde ao íterim de 1997 a 2012, período que equivale às edições disponíveis *online*. A justificativa do recorte também se deve à possibilidade de observar se durante os últimos 15 anos, à luz dos periódicos, foram verificadas modificações metodológicas significativas, dispensadas ao estudo dos partidos. A escolha das duas revistas se deve, também, à excelência de suas publicações, pois ambas são classificadas, no sistema Qualis da CAPES, como A1. Já os artigos selecionados obedeceram aos seguintes critérios: 1) incluía a palavra partido no título; 2) incluía o nome de um partido no título; 3) tratava sobre a atuação dos partidos na arena eleitoral ou dos aspectos organizacionais. Desse modo, artigos que versavam sobre sistema partidário, entendidos como sistemas que dizem respeito à dinâmica de competição e de representação política (MENEGUELLO, 2011), sobre a relação executivo e legislativo, ou ainda, estudos do legislativo, mesmo que considerem a relevância dos partidos, não foram selecionados, pois a temática “partidos” nesses artigos é utilizada apenas de forma tangencial.

Diante desse procedimento, foram selecionados 5 artigos pertencentes a RBCS, de um total de 439 publicados (45 volumes), e 11 artigos da revista Dados, de um total de 389 artigos publicados (60 volumes) até o primeiro semestre do ano de 2012. Apesar dos dois periódicos terem como proposta contemplar as três áreas das Ciências Sociais (Ciência Política, Antropologia e

Sociologia), é interessante mencionar que nenhuma das duas é especializada em Ciência Política. É possível observar a reduzida expressividade dos estudos sobre partidos, que representa apenas 2,05% do total dos artigos pesquisados. Desse total, 4 analisam a atuação dos partidos durante a democracia de 1946 a 1964, outros 12 artigos têm como foco a democracia recente. O reduzido número de publicações que obedecem aos nossos critérios de seleção também pode ser justificado em virtude da dissolução do tema partido em múltiplas áreas da Ciência Política, como já foi citado. Entretanto, o nosso objetivo é observar como os partidos, enquanto unidades de análise, são estudados na Ciência Política brasileira.

O Quadro 1 apresenta o título do periódico seguido da revista e do ano de publicação destes. Esses dados são importantes por permitir a observação de mudanças metodológicas ao longo do tempo e por constituírem-se no universo empírico da presente análise.

Quadro 1 - Ano de produção, revista e título dos artigos

Ano	Revista	Título
1997	RBCS	I. A ilegalidade mata
2002	Dados	II. O PT e a unidade partidária como problema
2002	RBCS	III. A institucionalização do PSDB entre 1988 e 1999
2003	Dados	IV. Partidos fracos na arena eleitoral
2004	Dados	V. Partidos na República de 1946
2004	Dados	VI. Partidos políticos, preferência partidária
2004	Dados	VII. Velhas teses, novos dados
2004	RBCS	VIII. Partidos, eleições e democracia no Brasil pós-1985
2005	Dados	IX. Projeção da imagem partidária
2005	Dados	X. Partidos na república de 1946: uma réplica metodológica
2005	RBCS	XI. Os partidos no eleitorado
2007	Dados	XII. Um equilíbrio delicado
2008	Dados	XIII. Definindo a arena política local
2009	RBCS	XIV. Disciplina e coalizões partidárias na assembleia de Santa Catarina (1999-2006)
2011	Dados	XV. A Força dos Partidos “Fracos”
2011	Dados	XVI. Coesão e disciplina partidária no Senado Federal

Aspectos Paradigmáticos para o Estudo dos Partidos Políticos na Ciência Política Brasileira

**Fonte:** OLIVEIRA, 2010.

Dentre os quatro artigos que versam sobre a experiência democrática anterior ao ano de 1964, um versa sobre a atuação do Partido Comunista (BRANDÃO, 1997) e o seu papel no sistema partidário. As teorias mobilizadas pelo autor derivam da história, filosofia e da própria Ciência Política, e os aspectos metodológicos estão centrados na descrição de processos e na tentativa de construção de um contrafactual histórico. Outros três artigos (NICOLAU, 2004; 2005; SANTOS, 2004) são constituídos por um debate metodológico sobre a fragmentação do sistema partidário brasileiro. Esse debate é relevante, pois demonstra a possibilidade de, através do uso de técnicas distintas, revitalizar discussões consagradas na política brasileira, quais sejam o uso da fragmentação partidária como uma das variáveis explicativas para o colapso do sistema democrático e a instauração do autoritarismo.

Os artigos que abordam a democracia recente, 12 no total, podem ser subdivididos em três categorias: 1) sistema partidário; 2) partidos enquanto organização e; 3) partidos no eleitorado.

Sobre “sistema partidário” foi possível mapear 4 artigos (ver artigos IV, XIII, XIV, XVI). Em todos há um debate sobre a validade da literatura que versa sobre a instabilidade e fragilidade partidária no Brasil (AMES, 2003; MAINWARING, 1993). Nesses, a conclusão sobre o debate retoma os trabalhos de Figueiredo e Limongi (1999) sobre o Congresso Brasileiro e concluem que a instabilidade dos partidos na arena eleitoral é compensada por sua disciplina no congresso. Ainda sobre o arcabouço teórico, é recorrente a utilização do paradigma neoinstitucionalista da escolha racional, amparado principalmente nos trabalhos de Gary Cox e Mathew McCubbins (2004) para a compreensão da ação (coordenação) dos partidos na esfera legislativa. No que se refere à metodologia, todos os trabalhos são empírico-quantitativos, apresentam como técnica de pesquisa modelos simples com a demonstração de percentuais, modelos de regressão, diagramas causais, equações para teste de hipóteses, índice de Rice (verificação da coesão partidária) e testes econométricos. Sobre os casos selecionados pelos autores, dois artigos se propõem a analisar a ação dos partidos em âmbito federal (Senado e Câmara Federal), e, dos outros dois, um dedica-se à análise da relação entre dinâmica eleitoral municipal e nacional, e o outro discute a disciplina na Câmara Federal em uma unidade subnacional. Apesar do pequeno número de casos analisados, é possível afirmar que esses trabalhos possuem uma discussão comum que, por sua vez, os conduzem a resultados semelhantes, quais sejam de que os partidos brasileiros possuem uma particularidade – são frágeis na arena eleitoral, mas são disciplinados na arena legislativa.

Sobre “partidos enquanto organização”, foram identificados quatro artigos (ver título II, III, XIII e XV). Nesses, os aspectos internos dos partidos possuem centralidade, em detrimento da competição interpartidária e da atuação dos partidos no governo. O referencial teórico mobilizado contempla desde os estudos clássicos de Maurice Duverger (1959), passando pela noção de campo político presente na teoria dos campos de Pierre Bourdieu (2002), até a concepção de Angelo Panebianco (2005) sobre a dimensão organizacional dos partidos. Necessário ressaltar que no material analisado o desempenho das lideranças adquire caráter central para a manutenção do partido e para o delineamento da ação interpartidária. Sobre as temáticas apresentadas, é possível afirmar que, em comparação com os partidos no sistema eleitoral, a dimensão organizacional possui um caráter mais generalizante, de forma a contemplar a ação do partido em todo o território nacional. Com relação aos aspectos metodológicos, as análises são, em sua maioria, empírico-quantitativas, com a presença de técnicas de pesquisa baseadas em modelos estatísticos simplificados e na descrição das normas e do procedimento interno dos partidos. Os casos selecionados, ou seja, os partidos em estudo, estão predominantemente relacionados ao Partido dos Trabalhadores (LACERDA, 2002; MIGUEL; MACHADO, 2010), e o cerne da discussão está na experiência do partido enquanto oposição e também em sua experiência no governo. O Partido da Social Democracia (PSDB) também foi analisado em seu momento de formação e na sua experiência governamental (ROMA, 2002). Foi possível detectar também um estudo sobre a organização dos pequenos partidos e sua força política (GUARNIERI, 2011).

No que se refere à “atuação dos partidos junto ao eleitorado”, tema direcionado à percepção da opinião pública, à participação eleitoral e outros, foi possível mapear quatro artigos (ver título VIII, VI, IX, XI). Inevitavelmente, esse tema tornou-se relevante para a Ciência Política à luz do paradigma comportamentalista. No contexto neoinstitucional, no entanto, outras nuances são acrescidas a essa temática. Através da análise dos artigos, é possível observar que no Brasil esses estudos são permeados por um certo negativismo em que os problemas de ordem institucional interferem na identificação dos eleitores com os partidos e também na identificação dos políticos com seus respectivos partidos. Dessa forma, a produção analisada apresenta um considerável viés normativo ao verificar, por exemplo, o descompasso entre a democratização brasileira, em moldes procedimentais, e a fragilidade da relação entre partidos e eleitorado. A metodologia apresentada é empírico-quantitativa, acompanhada por consideráveis discussões de viés normativo e pelo uso restrito de modelos analíticos estatísticos. Comparado aos dois subitens anteriores, é no estudo sobre os partidos no eleitorado que se apresentam as teses mais pessimistas sobre a democracia brasileira, e essa tendência pode ser atribuída a um novo perfil apresentado pelos partidos que o distanciam da sociedade e o aproximam das estruturas estatais (KATZ; MAIR, 1997).

Diante do empreendimento analítico proposto, é possível observar que a produção da Ciência Política brasileira sobre os partidos políticos é reduzida. Entretanto, ao invés do professado durante os anos de 1980 e a primeira metade dos anos 90, os estudos referentes à democracia recente desfazem progressivamente a imagem negativa dos partidos e buscam ressaltar as particularidades do caso brasileiro – a exceção se aplica apenas aos estudos vinculados à análise dos partidos no eleitorado. Outra característica relevante refere-se à ausência de modelos analíticos inovadores, principalmente nos estudos sobre sistema partidário. A semelhança das referências bibliográficas apresentadas e a discussão teórica dos trabalhos revelam uma uniformidade dos estudos. É possível afirmar que, apesar da Ciência Política brasileira ter se desenvolvido durante a vigência do paradigma neoinstitucionalista, é perceptível a dificuldade em se apropriar desse paradigma e de sua flexibilidade em favor da ampliação e inovação dos estudos partidários.

Comparando a tradições mais consolidadas, no Brasil os partidos conheceram apenas dois momentos. Um primeiro, em que os tratamentos históricos e normativos eram hegemônicos (NICOLAU, 2010), próximo do professado pelo antigo institucionalismo. E um segundo momento, em que a literatura buscou compreender de que forma essas instituições poderiam contribuir para a vigência e a estabilidade do regime democrático. A conclusão dessa segunda análise representou um movimento pendular entre a condenação e a exaltação dos partidos, e essa oscilação tem sido amenizada devido ao processo de aproximação entre realidades políticas de democracias avançadas e realidades políticas de democracias em desenvolvimento.

#### **4 Considerações finais**

A construção do conhecimento concebida em moldes paradigmáticos possibilita que a trajetória de uma disciplina seja analisada a partir das relações de poder presentes na disputa pela

hegemonia do *status quo*. Nesse contexto, as noções de verdade pleiteadas não têm como objetivo apenas o domínio do conhecimento, mas a capacidade de validar e invalidar intelectualmente os membros que devem ou não ser autorizados a praticar a ciência normal. Contudo, a formação de um conjunto básico de pressupostos comuns é condição *sine qua non* para a produção do conhecimento científico, e essa característica, ao mesmo tempo em que restringe as temáticas e os métodos utilizados, possibilita um diálogo comum necessário para um conhecimento cosmopolita. Esse cosmopolitismo, inalcançável pela Ciência Política, de acordo com Pippa Norris (1997), é imprescindível para que experiências de pesquisa sejam intercambiadas e contribuam para a construção de teorias mais eficientes e generalizantes.

A análise dos periódicos teve como objetivo observar de que forma os paradigmas do antigo institucionalismo, comportamentalista e neoinstitucionalista influenciaram a produção acadêmica. Desse modo, foi possível observar que esses não são modelos estanques, e, mesmo após a destituição de um paradigma, seu campo de influência ainda permanece ativo. Essa característica pôde ser observada na persistência de estudos comportamentalistas nos EUA até os anos de 1990 (NORRIS, 1997) e na permanência do institucionalismo nos periódicos ingleses mesmo sob a égide do comportamentalismo. Sobre as temáticas, em particular sobre os partidos políticos, foi possível observar que, apesar da centralidade do tema, esse vem perdendo espaço nas produções acadêmicas. A ineficiência teórica e metodológica, apontada como fator desestruturante dos estudos partidários, encontra justificativa no acelerado processo de mudança (de funções) dessas instituições representativas, acompanhado pelo processo de sobreposição dos estudos de comportamento eleitoral aos estudos partidários durante a revolução comportamentalista (REITER, 2006).

Sobre a Ciência Política brasileira, foi possível observar que essa teve seu processo de institucionalização ocorrido entre as décadas de 1970 e 1980, e durante esse processo esteve sob zona de influência da Ciência Política norte-americana. Contudo, a renovação paradigmática ocorrida nos EUA, principalmente no tocante ao estabelecimento do paradigma neoinstitucionalista, contribuiu para o ecletismo dos estudos brasileiros sem que o aprimoramento metodológico fosse preterido (LESSA, 2010). O estudo sobre os partidos demonstra esse processo de convivência de diferentes tradições e o progresso de diagnósticos alicerçado em visões menos críticas e mais descritivas.

## Referências

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRANDÃO, Gildo. A ilegalidade mata: o Partido Comunista e o sistema partidário entre 1945 e 1964. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 12, n. 33, p. 23-34, 1997.

CARREIRÃO, Yan de Souza; KINZO, Maria D'Alva G. Partidos políticos, preferência partidária e decisão eleitoral no Brasil (1989/2002). *Revista Dados*, v. 47, n. 1, p. 131-167, 2004.

DAALDER, Hans. The comparative study of european parties and party systems: An Overview; In: \_\_\_\_; MAIR, P. (Ed.). *Western european party systems: continuity and change*. London: Sage, 1983.

DOWNS, Anthony. *Uma teoria econômica da democracia*. São Paulo: Edusp, 1999.

Duverger, Maurice. 1979. *Os partidos políticos*. Zahar Editores. Rio de Janeiro

EASTON, David. Political Science in the United States: past and present. In: *International Political Science Review*, p. 487-492, 1985.

FERES JR., João. Aprendendo com os erros dos outros: o que a história da Ciência Política americana tem para nos contar. *Revista de Sociologia e Política*, n. 15, p. 97-110, 2000.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub; LIMONGI, Fernando. O processo legislativo e a produção legal no congresso pós-constituente. *Novos Estudos Cebrap*, v. 38, p. 24-37, 1994.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. A emergência da Ciência Política acadêmica no Brasil: aspectos institucionais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 12, n. 35, 1997.

GUARNIEI, Fernando. A força dos partidos “fracos”. *Revista Dados*. v. 54, n. 1, p. 235-258, 2011.

HALL, Peter. A.; TAYLOR, Rosemary C. Political Science and the three new institutionalisms. *Political Studies*, n. 44, p. 936-957, 1996.

HIPOLLITO, Lúcia. *De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

KATZ, Richard S.; MAIR, Peter. El partido cartel. La transformación de los modelos de partidos y de la democracia de partidos. *Zona Abierta*, n. 108/109, p. 9-39, 2004.

KINZO, Maria D’Alva G. Partidos, eleições e democracia no Brasil pós-1985. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 19, n. 54, p. 23-40, 2004.

KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2000.

LACERDA, Alan Daniel Freire. O PT e a unidade partidária como problema. *Revista Dados*, v. 45, n. 1, p. 39-76, 2002.

LAMOUNIER, Bolívar; MENEGUELLO, Rachel. *Partidos políticos e consolidação democrática: o caso brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

LESSA, Renato. *Ciência Política: horizontes das Ciências Sociais*. São Paulo: ANPOCS, 2010.

MAINWARING, Scott P. *Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil*. Porto Alegre: FGV Editora, 2001.

Conexão Política, Teresina v. 6, n. 2, 11 – 25, jul./dez. 2017

NICOLAU, Jairo. Partidos na República de 1946: velhas teses, novos dados. *Revista Dados*. v. 47, n. 1, p. 85-129, 2004.

NORRIS, Pippa. Towards a more cosmopolitan political science? *European Journal of Political Research*, v. 30, n. 1, p. 17-34, 1997.

OLIVEIRA, Lilian Paula da Costa. *A produção da Ciência Política e da Sociologia no Brasil: uma análise dos artigos publicados nas revistas Dados e RBCS (1997-2009)*. 2010. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Pesquisa do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010.

PEREIRA, Carlos; MULLER, Bernardo. Partidos fracos na arena eleitoral e partidos fortes na arena legislativa: a conexão eleitoral no Brasil. *Revista Dados*, v. 46, n. 4, p. 735-771, 2003.